

## 4 Onde fica a educação nisso tudo?

“Tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também têm uma “pedagogia”, também ensinam alguma coisa. Tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade.” (Silva, 1999, p.139)

Nesse capítulo pretendemos analisar e diferenciar os conceitos de educação formal, não formal e informal. Além disso, analisaremos a relação dos espaços educativos não formais com o possível fortalecimento do sentimento de pertença e empoderamento de identidades locais dos diferentes grupos sociais através da construção das memórias e da ressignificação das histórias locais, principalmente nos chamados “lugares de memória”.

### 4.1 Não é só na escola que se educa...

A educação é uma prática social complexa, multiforme, permanente, por isso ela não acontece só na escola, mas também nas bibliotecas, nos museus, nos cinemas, com a televisão, a internet, na família, no clube, no bairro, com a vizinhança etc.

#### 4.1.1 A educação não formal não é informal

Sabemos que muito se tem falado sobre educação formal, que tem como *locus* básico a escola. Com certeza a instituição escolar continua sendo o espaço privilegiado do saber sistematizado na formação dos indivíduos. Mas, sabemos também, que como seres humanos temos a capacidade de aprender em outros lugares, muitas vezes de forma mais eficiente e prazerosa e não sistematizada. Quais são esses lugares? Como eles se organizam? Qual a diferença então, entre educação formal, não formal e informal? Como as práticas educativas desses lugares podem fortalecer identidades?

São essas questões e suas relações com as práticas educativas de empoderamento social e possível fortalecimento identitário através da construção da memória coletiva que pretendemos analisar.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, toda cultura é pedagógica e toda pedagogia é cultural (Silva, 1999), como está na epígrafe desse capítulo. Por isso, diversos programas de televisão, por exemplo, mesmo que não tenham o objetivo explícito de ensinar, educam. Por outro lado, toda pedagogia está inserida num contexto histórico e cultural. Todo conhecimento se constrói, portanto, num sistema de significados historicamente referenciados.

Portanto, a escola não é o único “lugar de conhecimento” e de transformação de subjetividades, como nos afirma Silva (1999), ela é o espaço da educação formal, da construção sistematizada do conhecimento. Existem outros espaços de saber que também educam, espaços não formais de educação, como já afirmamos anteriormente.

Primeiramente cabe-nos diferenciar e caracterizar educação formal, não formal e educação informal. Sendo assim, paralelo à educação formal e não formal, também existe a educação informal. Segundo Cazelli e Vergara (2007), a intencionalidade da instituição é o principal traço que diferencia a educação não formal da informal, como podemos perceber no trecho abaixo:

“Reunindo essas características acima apresentadas, falta assinalar uma que é o destaque da educação não formal e que a diferencia, por exemplo, da informal. Esta característica é a intencionalidade de instituição, bem como a dos idealizadores das ações (no caso dos museus, os conceptores das exposições e das atividades de cunho educacional/ cultural), com objetivos de unir cultura, saberes e lazer.” (Cazelli & Vergara, 2007, p.7 )

Por outro lado, em nossa pesquisa interessa-nos o estudo dos espaços educativos não formais, pois todos os lugares, como os museus, arquivos etc, possuem cultura própria, especificidades. Neste caso interessa-nos analisar a dimensão educativa dos museus comunitários como “lugares de memória” e portanto, de possibilidades de reforços identitários.

#### **4.1.2**

#### **Contexto e fatores do desenvolvimento da educação não formal**

Vamos examinar o contexto e fatores do desenvolvimento da educação não formal, principalmente segundo o ponto de vista teórico de Jaume Trilla & Elie Ganem (2008) e Maria da Glória Gohn (2010).

Primeiramente cabe lembrar que a educação não escolar sempre existiu desde os primórdios da humanidade. Só a partir do século XIX a escola foi alçada

a paradigma da ação educativa. Nos séculos XIX e XX o objetivo das políticas educacionais foi primordialmente o acesso de todos à escola o maior tempo possível. Segundo Trilla (id), nessa época forma-se uma perspectiva pedagógica em torno da escola, pois a educação passa a ser vista como essencial a toda a sociedade e a escola é apenas uma de suas formas; mesmo assim, nas sociedades escolarizadas, a escola é apenas um momento do processo educacional global.

Ainda segundo o pensamento desenvolvido por Trilla (id), a estrutura educacional impõe limites. A escola não está apta para todo tipo de objetivo educacional. Há, portanto, necessidade de se criar meios e ambientes educacionais complementares àquela que passa a ser denominada de “não formal”.

Surgem propostas pedagógicas e discursos da educação não formal a partir da 2ª metade do século XX, principalmente a partir dos anos 60 e 70. Esse contexto se originou devido a fatores sociais, econômicos, políticos etc, como por exemplo, a demanda por educação de setores tradicionalmente excluídos (adultos, minorias étnicas, idosos etc.). O contexto da Guerra Fria, os movimentos da Contracultura, o Movimento Negro e outros movimentos impulsionam diferentes grupos na luta por seus direitos políticos e sociais.

No Brasil, a teorização da educação não formal pode ser relacionada ao surgimento da pedagogia libertadora de Paulo Freire nos anos 50 e 60, voltada para a educação de adultos trabalhadores (Trilla, id).

Além disso, trabalhos como os de P.H.Combs, (*A crise mundial da educação*, 1968), de Edgar Faure (*Aprender a ser*, 1972), e de Jacques Delors (*Educação – Um tesouro a descobrir*, 1996 ) foram fundamentais para se entender o desenvolvimento que se processou no setor educacional não formal.

Segundo Trilla (id), o que caracteriza a educação não formal é a metodologia, ou o procedimento, ou o agente que gera o processo educacional. Para este autor a educação formal compreenderia o “sistema educacional” institucionalizado, graduado no tempo”; já a educação não formal seria toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco do sistema oficial que facilite aprendizagens; e a educação informal, um processo assistemático em que as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes na interação com o meio durante toda a vida.

Podemos fazer um paralelo no caso da educação informal com o que Nilda Alves (1999) denomina redes educativas do cotidiano<sup>16</sup>, ou seja, são as práticas, os valores e saberes transmitidos num determinado universo cultural.

Para Trilla (id), segundo o critério metodológico, a educação não formal seria aquela que se afasta dos procedimentos escolares convencionais. Segundo o critério estrutural, a educação formal e a não formal se distinguiriam por sua inclusão ou exclusão do sistema educativo regrado. Porém, a educação não formal, por situar-se fora do sistema de ensino regrado, usufrui de características que facilitam certas metodologias. Define então, a educação não formal como:

“Conjunto de processos, meios e instituições diferenciadamente concebidos em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado”.(Trilla, id, p. 42)

Segundo Trilla (id), a educação não formal engloba diversos âmbitos como: no trabalho (programas de reciclagem profissional, escolas-oficinas etc); no lazer e na cultura (animação sociocultural, pedagogia do tempo livre etc); na educação social (educadores de rua, programas para penitenciários etc); na própria escola (atividades extracurriculares, visitação a museus, a outras instituições culturais etc).

Por outro lado, Ghanem (2008) afirma que a educação formal decorre de um conjunto de mecanismos de certificação, além de referendar, também, seu caráter sistemático e esquemático. Caracteriza o campo da educação formal como sendo separado ou até contrário ao da educação não formal. Além disso, chama atenção que na educação não formal os conteúdos, ao contrário da educação formal, são selecionados e adaptados levando em consideração as necessidades autóctones e imediatas das suas áreas de atuação, sendo mais contextualizados, funcionais, de caráter “menos abstrato e intelectualista”. Por fim, frisa a não obrigatoriedade da educação não formal de acoplar-se a estruturas, hábitos e formas organizativas próprias da escola (calendários, horários e aspectos operacionais).

Cabe lembrar que a educação formal, não formal e informal se inter cruzam mutuamente. Por exemplo: na escola, os alunos recebem a educação formal sistematizada, com a possibilidade da inclusão de atividades extracurriculares

---

<sup>16</sup> Rede educativa do cotidiano é uma expressão cunhada por Nilda Alves em diversos de seus escritos, como “O Sentido da Escola” (1999).

(educação não formal), além dos processos educacionais informais que resultam das interações não planejadas entre os próprios alunos (educação informal).

Segundo Ghanem (2008) a educação não formal pode ser uma alternativa para suprir as carências da educação formal para as classes menos favorecidas. Nesse aspecto nos ancoramos novamente em Trilla (2008) quando afirma que não podemos perder a crítica sobre a educação não formal, tendo em vista que ela pode ser tão maléfica, elitista ou classista quanto à educação formal (id, p.54) porque também pode ser tão alienante, burocrática, ineficiente, cara, obsoleta, estática, manipuladora, estereotipada e uniformizadora quanto a formal. A educação não formal não vai resolver magicamente todos os problemas da educação formal.

Assim como Trilla (id), Gohn (2010) entende que o aprendizado gerado e compartilhado na educação não formal não é espontâneo, há intencionalidades e propostas.

Maria Glória Gohn (id) tem diversos pontos de encontro teóricos com Trilla (id), porém em alguns se distancia dele. A seguir apresentaremos alguns aspectos importantes do pensamento desta autora para nossa pesquisa.

A concepção de Gohn (id) sobre educação não formal se articula à educação cidadã, pois ela entende que seu eixo deve ser formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos. Além disso, afirma que essa educação está muito articulada à ideia de cultura, tem um campo próprio, intencionalidades e vem se consolidando desde as últimas décadas do século XX, embora para a mídia e o senso comum não seja considerada educação porque não está constituída por processos escolarizados.

Não discorda de Trilla (id) quanto à intencionalidade, mas apresenta uma visão singular quando frisa que o eixo da educação não formal é formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos.

“A intencionalidade não é o único marco diferencial entre a formal e a não formal, porque existe nas duas, mas é ela que demarca um objetivo específico na educação não formal – formar para a cidadania.” (id, p. 34)

Afirma que a educação que recebemos dos pais é a educação informal, já a que recebemos na escola denomina-se educação formal e a educação do mundo, aquela advinda da experiência, dos espaços e ações coletivos cotidianos chama-se educação não formal.

As áreas, que segundo Gohn (id), demandam a educação não formal são as áreas de formação para a cidadania e a de trabalhos voltados para a emancipação social de indivíduos, grupos e coletivos sociais. A educação para a cidadania incorpora a educação para a justiça social; os direitos humanos, sociais, políticos e culturais; a liberdade; a igualdade e diversidade cultural; a democracia; a favor do fim dos preconceitos e qualquer forma de discriminação; o exercício da cultura e manifestações das diferenças culturais (Gohn, id.).

Sendo assim, Gohn (id) articula sua concepção de educação não formal ao campo da educação cidadã, como fica registrado no trecho abaixo:

“(…) Na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o (os) outro(s).

Chegamos portanto ao conceito que adotamos para educação não formal. É um processo sociopolítico, cultural e pedagógico de formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade. Ela designa um conjunto de práticas socioculturais de aprendizagem e produção de saberes, que envolve organizações/ instituições, atividades, meios e formas variadas, assim como uma multiplicidade de programas e projetos sociais.”(id, p. 33)

Na educação formal, nas escolas, Gohn (id) afirma que o educador é fundamentalmente o professor; já na educação não formal existe o educador social, mas o grande educador é o “outro”, aquele com quem interagimos ou nos integramos; e na educação informal, são os pais, a família, em geral os amigos, os vizinhos, os colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc.

“(…) A não formal ocorre em ambientes e situações interativas construídos coletivamente segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um, em seu processo de experiência e socialização, pertencimentos adquiridos pelo ato da escolha em dados processos ou ações coletivas. Há na educação não formal uma *intencionalidade na ação*, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. A informal opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências ou pertencimentos herdados.” (Gohn, 2010, p. 18)

Gohn afirma que a expressão educação não formal se espalha nos anos 2000 e atribui a Combs (1968), o reconhecimento e a popularização de outras concepções de formas e meios educacionais feitos fora da escola, mas com objetivos educacionais. Na França, Alemanha e Espanha temos publicações com a

denominação de educação social, no campo da pedagogia social segundo Gohn (id), que configuram a educação não formal.

Usualmente a educação não formal é definida pelo que não é, segundo Gohn, mas é importante que passemos a defini-la pelo que é. Normalmente contrapõe-se educação formal a não formal, mas a autora não concorda e acha que elas se complementam. Porém não é complementar no sentido de fazer o que a escola não faz, mas sim, na ideia de desenvolver campos de aprendizagem específicos.

A educação não formal não possui um caráter normatizador, nem instituições certificadoras de titularidades. Lida com outra lógica de espaço e tempo. Não tem currículo definido a priori, tanto em relação aos conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhadas.

Ainda, essa autora afirma que a educação não formal é diferente da educação informal, que é herdada e naturalizada, enquanto a primeira é adquirida de modo intencional. Também, capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo. Os objetivos são construídos durante a interação vivenciada, criando-se um processo educativo. Uma meta na educação não formal é a transmissão da informação de forma não escolarizada e a formação política e sociocultural dos indivíduos.

Gohn (id) lista os atributos de cada tipo de educação diferenciando a educação informal da não formal, ou seja:

- educação informal: o conhecimento não é sistematizado, atua no campo das emoções e dos sentimentos, é um processo permanente e não organizado;
- educação não formal: não é organizada por séries, idades, conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo; desenvolve laços de pertencimento; ajuda na construção da identidade coletiva do grupo; atualmente dá-se destaque à mesma; ajuda na formação do capital social de um grupo, que Gohn prefere chamar de acervo sociocultural e político; é fundamentada, segundo ela, em vários critérios de solidariedade e identificação de interesses comuns, parte da cidadania coletiva e pública do grupo.

O processo político-pedagógico de aprendizagem e produção de saberes da educação não formal possui várias dimensões para Gohn, dentre elas: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos, ou

aprendizagem para a cidadania; aprendizagem dos indivíduos para atuarem no trabalho; aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, gerada pelo acesso a recursos culturais como museus, bibliotecas, shows, palestras etc. Esses são aprendizados que se desdobram em auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquiridas a partir da experiência em ações coletivas, organizadas por eixos temáticos (questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade etc) com apoio de organizações institucionalizadas ou não.

“As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.” (Gohn, id, p. 36)

Além disso, Gohn afirma que os resultados da educação não formal são: consciência de como agir em grupos coletivos; construção e reconstrução da concepção de mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade.

Sendo assim, veremos em seguida como esses espaços educativos não formais também perpassam os territórios da memória.

## **4.2** **Os “lugares de memória” também educam**

A expressão “lugares de memória” foi cunhada por Pierre Nora (1993) e engloba socialmente os museus, escolas, universidades, sindicatos, fundações culturais, ruínas, conjuntos arquitetônicos, agremiações, clubes, arquivos, centros de documentação, dentre outros.

Os “lugares de memória” são produzidos pelas diferentes sociedades através do tempo para guardar a história a ser contada (id).

Para Nora os “lugares de memória” são os lugares onde se ancora a nossa memória coletiva. É neles que se entrelaçam memórias individuais e coletivas, que se materializam as memórias de camadas populares ou elites. Eles podem ser materiais ou não materiais, como o sabor da comida, os ritmos musicais, os valores religiosos etc.



Como já abordamos no capítulo 2, nos “lugares de memória”, por definição, se entrelaçam relações de poder (Chagas, 2000, 2002). Logo, os “lugares de memória” relacionados às camadas dominantes tem obras e práticas culturais materiais e imateriais mais valorizadas do que aquelas das camadas populares.

Pierre Nora em seu famoso artigo intitulado *Entre memória e história. A problemática dos lugares* (1993) analisa a situação do tempo presente em que a aceleração vai gerando uma sensação de perda do passado e de um eterno presente. Logo, surge a angustiada necessidade humana de guardar, segurar os vestígios do passado, os seus “restos”, devido ao efeito bombástico de tal aceleração contemporânea.

Outro ponto importante abordado por Nora (id) é a diferenciação que faz entre história e memória como podemos ver no trecho abaixo:

“A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente, a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica.” (id, p.9)

Gabriel (2005) afirma que o conceito de ‘lugares de memória’ tem um duplo pertencimento, são lugares híbridos, mistos e mutantes devido, dentre outros, à mediação entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos, entre a memória verdadeira e a memória alcançada pela história (Nora, id).

Concluindo, os “lugares de memória” nos dão a possibilidade de reconstruir o passado, relembra-lo, logo lembrar ou esquecer o que determinados grupos sociais desejam e querem ensinar. Sendo assim, por excelência os “lugares de memória” são espaços educativos não formais que permitem guardar o passado (Nora), ressignificar a história, construir a memória e fortalecer valores, práticas sociais e culturais, logo identidades por extensão. Não é isso o que os museus tradicionais assim como, os ecomuseus e museus comunitários fazem ou desejam fazê-lo?